

Dívida de Estados e municípios cresceu 28,8%

Total atingiu R\$ 93,37 bilhões no fim de 1996, equivalente a 12% do PIB do País

MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — A soma das dívidas dos Estados e municípios atingiu R\$ 93,37 bilhões no fim de 1996. O aumento em um ano foi de 28,8%. No fim de 1995 era de R\$ 72,49 bilhões. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do País, o endividamento estadual e municipal pulou de 10,4% para 12%.

O que mais aumentou foi o endividamento resultante da emissão de títulos públicos, principalmente os emitidos para pagamento de dívidas judiciais, os chamados precatórios.

Em parte em decorrência do precatórios, só a dívida mobiliária interna de prefeituras e governos estaduais, que é a referente a títulos negociados no mercado, atingiu R\$ 49,9 bilhões em dezembro, subindo 32,8% em um ano em que diversos índices de inflação ficaram em torno de 10%. Os números foram divulgados pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes.

O BC utiliza o conceito de endividamento líquido e, portanto, o montante informado já desconta, por exemplo, títulos em tesouraria, ou seja, emitidos, mas ainda não vendidos. Se for considerado o total de papéis emitidos, a dívida mobiliária dos Estados e municípios atingiu R\$ 52,72 bilhões em dezembro.

Só os títulos emitidos com justificativa de obter dinheiro para pagar precatórios atingiram saldo de R\$ 10,29 bilhões em dezembro, segundo o Departamento de Dívida Pública (Dedip) do BC. No fim de 1995, esses papéis somavam R\$ 6,85 bilhões. O aumento foi de 50,3% em um ano, muito acima, portanto, da média do endividamento global dos Estados e municípios e da média, já mais alta, da dívida mobiliária como um todo.

Mas não foi só a dívida mobiliária interna que cresceu acima da média de 28,8% verificada em relação a todo o endividamento dos Estados e municípios em 1996. As dívidas com credores externos subiram 31,9% e atingiram R\$ 2,96 bilhões no fim do ano. Em percentuais do PIB, a dívida externa municipal e estadual passou de 0,3% para 0,4% em um ano.

Esse crescimento superior à média do endividamento global foi influenciado, em parte, pelo estímulo dado pelo governo federal, dentro do programa de ajuste fiscal dos Estados, para que substituísem dívidas bancárias de curto prazo por operações de crédito de longo prazo, mesmo com recursos externos. Tanto que as dívidas com os bancos do País aumentaram em ritmo bem menor que a média.

A dívida bancária interna dos Estados e municípios aumentou 24,1%, passando de R\$ 32,37 bilhões para R\$ 40,20 bilhões, mais em razão de juros sobre o montante renegociado do que de empréstimos novos.

Os Estados e municípios gastaram com juros sobre todas as suas dívidas um total de R\$ 16,83 bilhões em 1996. Esse foi o principal motivo do aumento de 28,8% no nível global de endividamento, pois, como não têm sobra de recursos, os governos estaduais e prefeituras na verdade só rolam os juros, contraindo novas dívidas para pagá-los.

Houve também dívida efetivamente nova. A evidência disso, segundo o BC, foi a existência de um déficit primário. Ou seja, mesmo ignorando as despesas com juros e outros encargos de dívida, os Estados e municípios gastaram mais do que arrecadaram.

Esse rombo primário nas contas, que teve de ser financiado com dívida nova, foi de R\$ 4,26 bilhões em 1996, atingindo 0,57% do PIB. A situação piorou em relação a 1995, ano em que o déficit primário foi de apenas 0,17% nas administrações municipais e estaduais.